

LEITURAS SOBRE AS PRÁTICAS DE CULTIVO NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA, Décadas de 1840-1880

FRANCIVALDO ALVES NUNES*

RESUMO: As práticas agrícolas desenvolvidas na Amazônia oitocentista, mais precisamente entre as décadas de 1840-1880 é o objeto central de análise deste capítulo. Assim, optamos pelo entendimento desta questão na heterogeneidade das interpretações que se apresentava nos discursos presentes na imprensa e em documentos e pronunciamentos oficiais. Indagamos sobre os elementos que apontavam para a definição de uma lavoura selvagem, errática ou bronca rotina, em contraposição ao que se indicava como moderna plantação, sem esquecer de que a defesa da agricultura, não se legitimava apenas do ponto de vista dos possíveis lucros com a comercialização de seus produtos, mas também, por ser pensada como atividade capaz de assegurar a moralização dos colonos e valorização da terra. Estamos preocupados em apresentar os debates que legitimaram ou negaram a política de colonização na Amazônia, ou seja, definiram os tipos de espaços a serem ocupados, as terras e as populações a serem envolvidas, os modelos de ocupação e cultivo.

Pontuando algumas questões

Optamos, neste texto, em analisar as concepções construídas sobre agricultura enquanto resultados de interpretações de autoridades provinciais, principalmente os presidentes de província, naturalistas e viajantes, em um momento de debate quanto ao desenvolvimento das práticas de cultivo na Amazônia. No entanto, estamos trabalhando com a compreensão de que tais leituras, a despeito de suas convergências e/ou divergências, expressam um conflito fundamentado pelos interesses dos diversos agentes envolvidos. Assim, a compreensão é de estas leituras adotam e expressam a carga histórica dos temas e questões sobre os quais tratam (BAKHTIN, 2006). Dizendo de outra forma, estas leituras se constituem como evento social, não se caracterizando como um acontecimento contido em uma lingüística abstrata, nem algo originado da consciência subjetiva do enunciador. O enunciado concreto é resultado de um processo de interação com o meio social, não sendo formado em um processo lingüístico resultantes de abstrações (BRAIT, 1999: 11-28). O que fazemos, ao registrar estas concepções, também é um exercício de leitura, pautado não apenas no que foi dito pelos agentes produtores desses discursos, mas como resultante de debates que

*Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, sendo atualmente professor na Universidade Federal do Pará no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e na Faculdade de História (Campus de Cametá). Esta pesquisa é financiada pelo CNPq através do projeto "Ocupação da terra, paisagem e produção rural nos aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880".

geraram essas concepções. São textos que evidenciam, entre outras coisas, embates entre grupos políticos, propiciando a análise da sociedade em questão e os interesses e prioridades daquele momento, segundo os olhares dos indivíduos responsáveis pela administração pública provincial e agentes políticos.

As práticas de cultivo entre leituras e interpretação

Começamos por citar a fala de Ângelo Thomaz do Amaral que administrou a província do Pará na década de 1860, sendo o 25º presidente. Nomeado em 21 de abril de 1860, tomou posse em 08 de agosto do mesmo ano. Idealizador da escola rural D. Pedro II, foi um político, extremamente envolvido com a burocracia administrativa do Império. Antes de assumir a presidência do Pará, de 8 de agosto de 1860 a 4 de maio de 1861, havia atuado como deputado geral pelo Amazonas, além de presidente daquela mesma província em 1857; sendo ainda administrador da província de Alagoas, de 1857 a 1859.

De acordo com o presidente Ângelo Thomaz do Amaral, referindo-se a província do Pará, a experiência teria demonstrado que nas regiões onde não havia plantios, identificadas como sertões incultos, predominavam as práticas selvagens de produção, pois nestes locais “os homens vagueiam em demanda de raízes e animais incertos e parcos meios de sua subsistência quotidiana, entregue as intempéries, as moléstias e as guerras que os devastam”. Esse quadro melancólico de abandono da espécie humana seria modificado e desapareceria, na medida em que “o machado desbravador e o arado, fazendo ecoar os primeiros brados da civilização pela extensão das selvas, afugentassem as feras para levantar a choupana do cultivador”. Ainda apresentando um discurso em defesa da agricultura, apresentava a superação das selvagens práticas quando “o arado rasgasse o seio da terra para confiar-lhe a semente”; “o solo apresentasse o risonho aspecto das searas, dos jardins, dos pomares, florescendo e frutificando”; “os campos se cobrissem de animais domésticos de todas as espécies”; ou ainda quando “o homem, enfim, se enobrecesse pelo trabalho, dedicando-se a agricultura, a mais nobre de todos os misteres”.¹

O discurso proferido por Thomaz do Amaral, quando da instalação da Escola Rural Pedro II, na fazenda Pinheiro distante algumas poucas léguas de Belém, capital da província

¹PARÁ. *Relatório* do Exmo Sr. Angelo Thomaz do Amaral Presidente da Província do Gram-Pará ao Exmo Vice-Presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 04 de maio de 1861. Pará, Typ. de Santos & Irmãos, 1861, Anexo nº 13.

do Pará, evidenciava a defesa do que se afirmaria enquanto moderno cultivo, ou seja, a modernização da agricultura, não apenas era responsável por trazer novos métodos de plantio, mas transformar os hábitos dos lavradores nacionais, superando as características que tornavam esses colonos enquanto herdeiros das experiências de cultivo dos grupos indígenas.

Ao identificar as regiões não cultivadas como espaços em que os homens estariam submetidos às intempéries e moléstias, sobrevivendo apenas do que a natureza poderia disponibilizar, sem esforços e sem o aprimoramento de seu intelecto, se consolidava uma idéia de que esses locais não criavam condições favoráveis ao crescimento produtivo, pois os indivíduos não estariam preocupados em desenvolver novas técnicas de produção que aumentassem os seus rendimentos. Observa-se que a perspectiva, do ponto de vista dos interesses das autoridades, era que a alteração deste cenário não passava necessariamente por um movimento em que os padrões de conduta impostos pelos grupos dominantes fossem se interpenetrando com hábitos considerados incivilizados, provocando sua posterior substituição, mas que esses homens deveriam curvar-se diante das novas técnicas de produção que exigiria novas posturas de conduta.

Outro registro importante sobre a questão é observado nos textos de Ferreira Penna, secretário da província do Pará, nas décadas de 1850-60. O cargo de secretário de governo do Pará iniciado em 1858 era resultante de uma considerável trajetória política como membro ativo do Partido Liberal, o que teria permitido a Ferreira Penna assumir o gabinete de polícia da Corte no Rio de Janeiro. Embora tenha permanecido politicamente ativo na província paraense, se destacou mais propriamente por suas atividades científicas; experiência que embasava parte de suas reflexões. O seu primeiro empreendimento foi à expedição, em 1863, pelas extensões do rio Tocantins, de difícil navegação, e rio Anapu, possível rota de comércio com o rio Xingu. Seu relatório incluiu minuciosas descrições das condições de navegabilidade dos rios, dados econômicos da região e aspectos das populações locais. Pesquisador de extensas áreas da Amazônia (como naturalista viajante do Museu Nacional), sentiu-se estimulado pela passagem, por Belém, do naturalista suíço, Louis Agassiz, para concretizar a instauração da Sociedade Filomática, que daria origem ao Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi), em 1871, do qual tornou-se primeiro diretor.

De acordo com relatos de Ferreira Penna, quando da viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, o atraso da agricultura na província do Pará estava relacionado ao modo de vida da população do interior, considerado como um dos mais

retrógrados do país. Dizia que essas populações viviam em precárias condições de moradia, oferecendo os mais indispensáveis confortos da vida. Em grande parte das propriedades não se identificava áreas de cultivo, sendo que em apenas algumas moradias se observava pequenos roçados que ainda se utilizava a prática indígena na lida com a terra.²

Ao atravessar a zona do Tocantins, nas regiões próximas a Cametá, Ferreira Penna (1864: 08) admirava “as choupanas cobertas de palha, despidas de muros, sem divisões interiores, ermas dos mais insignificantes móveis, vistos que todos os seus instrumentos se resumiam a uma canoa, a um cão, uma faca, anzóis, primitivos instrumentos de caça e pesca, algumas roupas e paneiros [cestos]”. A questão que incomodava o secretário da província era como essa população vivia e se sustentava, à medida que se identificava apenas algumas poucas áreas de cultivo. As observações do modo de vida levavam a conclusão de que esse povo por ter nascido no meio da abundância, “estendia a mão para colher os frutos em qualquer época, sem desprender grandes esforços”. Assim, “como os pássaros e animais selvagens, que na natureza encontram tudo, não se ocupavam do dia de amanhã”.

Parte dessas reflexões de Ferreira Penna havia sido feita à quase uma década anterior por Henry Bates. Famoso por sua viagem à Amazônia, junto com Alfred Russel Wallace, Henry Bates com o objetivo de recolher material zoológico e botânico para o Museu de História Natural de Londres, permaneceu no Brasil durante onze anos, sendo que na região amazônica coletou mais de 15.000 espécies, das quais cerca de 8.000 eram inéditas para a ciência, remetendo-as ao museu britânico. Escreveu *O naturalista no Rio Amazonas*, obra publicada em 1863 e traduzida, para o português, em 1944. Nesta obra não deixou de registrar suas observações a respeito das exportações e importações do Brasil, sobre a borracha, sobre a importância da imigração para o progresso do país, além de fazer considerações morais sobre a população branca, negra, indígena e mestiça.

De acordo com Henry Bates (1979: 58), a bruteza de costumes por parte das populações que habitavam as regiões do Pará estava relacionada ao contato com as populações indígenas. Ao observar os moradores da região do Tocantins, a proximidade de Cametá, registra que havia uma predominância de mamelucos, que embora fossem

²PARÁ. *Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis*. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 7.

caracterizados pela gentileza nos seus hábitos, não se conseguia “comprar deles muita coisa em matéria de alimentos frescos”. Na opinião do naturalista, isto se devia “ao fato de nunca terem eles nada além do que o estritamente necessário ao seu próprio sustento”.

Outro naturalista também fez registro semelhante. Robert Avé-Lallemant (1980: 105), que no último ano da década de 1850 esteve na Amazônia, ao examinar as populações das margens do rio Negro dizia que estas se satisfaziam perfeitamente com a caça, frutos silvestres, cocos de palmeira e castanhas “que a natureza lhes atira aos pés”. Além disso, quando despertava a ambição desses povos, “preparavam um pouco de borracha, apanham algum cacau, vendem diversos outros produtos da floresta, pescam alguns peixes e tartarugas para vender, e ganham assim dinheiro”. Essa pouca atração em acumular os resultados da produção, neste aspecto, dificultaria o desenvolvimento de qualquer atividade econômica, principalmente a agricultura, para quem esses grupos tinham enquanto prática que garantiam sua imediata necessidade.

Os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente. No caso das populações do interior do Pará, a inexistência de uma indústria agrícola estaria, portanto, relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços.

De acordo com Ferreira Penna, para resolver o problema não adiantava criar medidas que forçasse essa população ao trabalho, a exemplo da institucionalização dos Corpos de Trabalhadores,³ pois se criariam meios de burlar essa legislação. Era, portanto, necessário apresentar a agricultura como atividade importante para o próprio desenvolvimento das comunidades amazônicas, o que seria possível através de um processo civilizador de

³ Divididos em companhias ligadas às diversas localidades, estes deveriam ser formados a partir do recrutamento de índios, mestiços e pretos que não fossem escravos e não tivessem propriedade ou estabelecimento a que se aplicasse a alguma atividade produtiva. A mão-de-obra obtida através desses alistamentos compulsórios seria destinada ao trabalho nas obras públicas e nos serviços particulares. Sobre os corpos de trabalhadores ver: FULLER, 1999: 01-17.

instrução, embora se reconhecesse que esse meio era lento, no entanto era o único que se mostrava seguro.⁴

A falta de instrução não atingia apenas os pequenos agricultores. Considerando que os produtores agrícolas no Pará estavam divididos em dois ramos, ou seja, os grandes e pequenos lavradores, tanto um como outro, nas observações de Ferreira Penna, faltavam à necessária instrução. Para o grande proprietário observava a ausência de idéias e os usos necessários ao emprego de máquinas para melhoramento dos produtos agrícolas. Quanto ao pequeno proprietário, este vivia metade do ano em ociosidade, isto por que deixava a agricultura como atividade complementar ao extrativismo, vivendo da colheita da borracha, da castanha e da extração de óleos vegetais. Para Ferreira Penna, esta situação fazia com que tivessem trabalho apenas por seis meses, período corresponde ao momento de colheita dos produtos florestais. Se tivessem meios de fazer com que “aparecesse uma lavoura fixa e não nômade”, eles colheriam esses produtos naturais pela mesma forma com que o faziam até aquele momento, e ainda produziram mais o resultado dessa lavoura fixa. Por outra, em vez de trabalharem unicamente seis meses no ano, trabalhariam um ano, o que quer dizer que produziram o dobro do que produziam até então.⁵

Outros dados apontados pelas autoridades provinciais, sobre o que se considerava enquanto práticas selvagens dos agricultores do Pará correspondiam aos braços que se empregavam no trabalho agrícola, percebidos como “móveis, cedendo às vantagens, que lhes afigura a colheita dos produtos naturais”. Isto fazia com que não desenvolvessem “um trabalho regular, não se fixando, e rolando soltos de mata em mata sem deixar em sua passagem por esse laboratório da natureza, outros vestígios, que não sejam a destruição das árvores, que tão grandes riquezas lhe oferecem”.⁶

Quanto aos que se aventuram ao trabalho agrícola, este se mantinha sob o peso da rotina de queima das florestas, ou como dizia o presidente Araújo Brusque, em 1863, a agricultura no Pará “vai a passo lento caminhando pelas tortuosas veredas que o gênio

⁴ PARÁ. *Relatório* dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das ultimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 8.

⁵ Idem, p. 15.

⁶ PARÁ. *Relatório* apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de novembro de 1863. Pará, Typografia de Francisco Carlos Rhossard, 1863, p. 43.

destruidor do homem lhe abre através das chamas, que consomem as soberbas florestas, que destrói, ora aqui, ora acolá, sem confiança no trabalho”.⁷ Importante destacar que Araújo Brusque acumulou a experiência de atuar diversas vezes como deputado nas assembleias provinciais (Rio Grande) e geral. Foi presidente da província de Santa Catarina, nomeado por carta imperial de 6 de setembro de 1859, governando de 21 de outubro de 1859 a 17 de abril de 1861, quando então foi encaminhado para assumir a presidência da província do Pará, de 1861 a 1863. Destacou-se ainda como ministro da Marinha, de 31 de março a 31 de agosto de 1864, e ministro da Guerra, de 31 de maio a 31 de agosto de 1864, pouco antes da Guerra do Paraguai.

As explicações de Araújo Brusque eram de que a lavoura na forma como vinha sendo desenvolvida seria incapaz de garantir o pleno sustento dessas famílias, necessitando completar a renda através da prática extrativista. Era comum identificar essa lavoura como acanhada, sem confiança no futuro, por que era constante o abandono das terras então cultivadas. A crítica que se fazia era quanto ao fato da agricultura está quase sempre dependente do extrativismo, quando a situação deveria ser invertida.

A residência de Antonio Ferreira Gomes, localizada em Vista Alegre, a 22 quilômetros de Cametá, é apontada por Henry Bates (1979: 56) como um dos casos em que se observa uma acanhada lavoura, sem uso de instrumentos que promovam o aumento produtivo e práticas indiscriminadas de derrubada da floresta. Nas áreas de cultivo, se avistava um trecho de terreno limpo, onde se encontravam várias árvores frutíferas, tais como laranjeiras, limoeiros, jenipapeiros e goiabeiras. Eram ainda registradas “algumas mal cuidadas” plantações de cacau e café. Das terras de cultivo de mandioca, estas ficavam espalhadas pela mata, sendo encontradas também em algumas ilhas no meio do rio.

Para Henry Bates, como havia terras em abundância e, o arado nessa região era praticamente desconhecido, bem como quase todos os implementos agrícolas, o mesmo trato da terra nunca era cultivado três anos seguidos. Pelo contrário, este observa que se desmatava um novo trecho da floresta em anos alternados e a antiga clareira era abandonada.

⁷PARÁ. *Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis.* Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 7.

Outro registro sobre a agricultura no Pará foi feito por Antonio Baena. De acordo com Michelle de Barros (2006: 16), Antonio Baena vivenciou momentos conflituosos dentro da própria província e parecia estar atento aos debates acerca da constituição de um corpo político unificado e da identidade brasileira. Integrado a essas discussões, almejava a inserção de uma província ao Norte do Império, possuidora de inúmeras riquezas em seu entender, mas que, no entanto, necessitava de ações capazes de reverterem às potencialidades em reais vantagens. No Pará, Baena atuou na execução de alguns trabalhos no âmbito militar e comercial, propondo medidas e projetos em relação aos locais que lhe eram confiados pelas autoridades militares e civis.

Na avaliação de Antonio Baena (2004: 70-71) sobre a agricultura no Pará na primeira metade do século XIX, destacava que os lavradores, em geral, não haviam rejeitado o que chamava de “pernicioso método dos derrubamentos” e dos “incêndios das matas”. Estas ações, que eram justificadas por estarem às terras cansadas e pela necessidade de se buscar outros espaços para desenvolver novos cultivos, faziam com que esses trabalhadores não se prestassem ao desenvolvimento de uma indústria fértil, entendida como escolha de um “terreno perpétuo para lavoura, em que a produção fosse resultado do estudo e da experiência dos cultivadores”.

O método desenvolvido pelos colonos do Pará, segundo Antonio Baena, copiava “o bruto costume que tinha os silvícolas na sua acanhada agricultura”. Esta situação era resultante do processo de ocupação da região, no caso, os portugueses que a princípio ocuparam as terras do Pará e os seus descendentes desenvolveram um modelo de agricultura do mais primitivo, não pela sua antiguidade, mas por usar técnicas de cultivo já superadas, sem a preocupação de desenvolver um novo plantio, uma nova agricultura que se inspirasse nos modernos tipos de plantação desenvolvidas na Europa e Estados Unidos. Para esse tipo de cultivo, Antonio Baena (2004: 72) identifica como “lavoura errática”, isto por que anualmente “arroteava e abrasava monstruosas árvores”.

Dois problemas principais eram destacados: um primeiro, associado à necessidade de um número maior de trabalhadores, e outro ainda mais preocupante, é que essa lavoura se constituía enquanto “parasita da natureza”. Essa expressão estava associada à idéia de que o trabalhador não se preocupava em empregar diligência, nem atentava para perceber esta atividade como indústria humana com possibilidade de aumentar e melhorar as plantas. Tampouco teria se preocupado em conhecer e adotar os novos métodos que as populações

civilizadas estavam introduzindo em seus países, o que faria com que esses trabalhadores fossem um “permanente submisso dos caprichos da natureza”.

As práticas selvagens no trato com a terra apresentariam ainda um aspecto nada aprazível para os que buscavam o campo como objeto de recreio. Identificava-se um quadro nada agradável, se comparado a um terreno lavrado ao modo europeu, diziam os observadores da época. No caso dos terrenos cultivados no Pará, estes eram apresentados como portadores de “miseráveis restos de incêndio, paus metade abrasados, uns ainda manetes nas suas raízes, outros abatidos, que molesta a paisagem” (BAENA, 2004: 72-73).

Outro dano considerado por Antonio Baena (2004: 73) como não escasso, quando se observava a situação da agricultura no Pará, e que prejudicava a ampliação do comércio na província, era a inconstância com que os lavradores regulavam os seus trabalhos agrônômicos, mudando facilmente de um para outro gênero, logo que se observava qualquer abate no trato mercantil. Destacava que em nenhuma fazenda do interior da província “se identificava um prado artificial, uma plantação, que contivesse árvores domesticadas e peregrinas”, nem tão poucas “as beldades de um horto regular, onde se encontrasse crescentes hortaliças”.

A idéia de uma “lavoura errática” se afirmaria ainda com o que se chamava de período irregular de plantio, ou seja, o tempo de roçar e plantar não seria igual a todos os lavradores. Para alguns cultivadores, o plantio do tabaco e feijão deveria ser feito no espaço de junho a agosto, para outros entre maio e junho. O arroz, mandioca, milho e cana eram plantados por muitos agricultores no tempo que decorre de janeiro a março, outros semeavam o algodão em dezembro, o arroz em janeiro, e o milho e mandioca em março. Alguns também faziam plantações de julho até janeiro, quase todos costumavam plantar cumulativamente o algodão, milho e mandioca.

A escravidão aparecia, nos discursos das autoridades, como também responsável pelo predomínio de práticas rudimentares em que estaria mergulhada a agricultura. Esta situação se refletiria na produção de açúcar dos engenhos, em que um escravo ativo no Pará produzia anualmente uma média de 100 arrobas de açúcar, quantia bem menor se comparada a um trabalhador americano, cuja produção podia chegar a uma média de 350 a 400 arrobas. De acordo com o presidente Araújo Brusque, estes dados resultavam da pouca eficiência do cativo, que “desconhecia a melhor maneira de plantar a cana e de colher para o engenho”. Além disso, “não desenvolvia técnicas que facilitasse a moagem, desconhecia se o caldo

estaria perfeito ou não, se teria passado a fermentação e quais os meios de remediar”, ou ainda “desconhecia em que caso devia usar a decoada dos sais vegetais, simplesmente ou com mistura da cal virgem, ou de outros sais”, e qual o “grau de fogo que se devia dar o cozimento”.⁸

Estas observações realizadas em alguns engenhos do Pará serviram para ilustrar as falas que apresentavam o trabalho escravo como, pouco ou nada tendo contribuído, para o desenvolvimento dos métodos empregados no trabalho de plantio e beneficiamento de produtos, como no caso da cana-de-açúcar.

Citaremos por ultimo a questão da ausência de implementos e máquinas agrícolas como responsável pelo pouco desenvolvimento que a agricultura tinha obtido no Pará. Como exemplo a fabricação de farinha em uma das principais cidades da Amazônia, Cametá, considerada por Ferreira Penna (1864: 44) como um dos gêneros principais da alimentação, ainda não utilizava as máquinas raladoras. Para o preparo deste produto “se seguia o método primitivo de deitar de molho a mandioca até amolecer, a fim de facilitar a sua pressão no tipiti [cesto onde se põe a massa de mandioca que se vai espremer], com que não só se estragava o amido, mas dava a farinha um gosto pouco agradável de fermentação”. Nesse caso, entendia que uma simples máquina de ralar “daria num dia resultado muito mais satisfatório para a fabricação de farinha, economizando tempo e braços que podiam ser aplicados a outros trabalhos”.

Concluindo

Como se observa, a modernização das práticas agrícolas passava a ser percebida como necessária para superação do modo de vida das populações das áreas do interior da Amazônia, e descritas por autoridades, viajantes, naturalistas e intelectuais como reduto de costumes selvagens. Esta perspectiva permitia a defesa da introdução de novas técnicas de plantio que superasse os antigos hábitos de lidar com a terra e que eram identificadas nesses discursos como práticas rudimentares e atrasadas. Ainda sobre a questão ficava evidente, a partir do desenvolvimento da agricultura, a expectativa de que as populações do interior superassem a sua condição nômade, aumentasse a produção e civilizasse os costumes pela adoção do que se identificava como moderno cultivo.

⁸PARÁ. *Relatório* apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Dr. Abel Graça Presidente da Província em 15 de agosto de 1871. Pará, Typ. Do Diário do Gram-Pará, 1871, p. 38.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 11-28.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará*. Belém, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. *Fascículo LH*. Laboratório e Departamento de História CFCH, UFPA, Belém, nº. 01, 1999, pp. 01-17.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. "*Germes de Grandeza*": Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império (1823-1850). Dissertação de Mestrado, CFCH-UFPA, Belém, 2006.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.